



Atividade econômica registra queda de 0,38% em agosto

Prefeitura de São Paulo deve incorporar farinata na merenda escolar

Página 2

PSDB nega que haja acordo com PMDB para barrar denúncia contra Temer

Página 4

Membros da OMC questionam política protecionista de Trump

Vários membros da Organização Mundial do Comércio (OMC) questionaram na quarta-feira (18) os planos do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de dar prioridade a produtos locais sob a ordem executiva com caráter protecionista *Buy American, Hire American* (Compre de Americanos, Contrate Americanos, em tradução livre do inglês) emitida em abril. As informações são da EFE.

União Europeia (UE), Japão, Canadá, Hong Kong, China, Coreia do Sul, Suíça, Noruega, Israel, Cingapura e Taiwan questionaram a política da administração Trump em uma reunião do Comitê de Contratações Públicas, indicaram fontes especializadas em comércio em Genebra.

Os países pediram a Washington que cumprisse o Acordo sobre Contratações Públicas (ACP), assinado na cidade de Marrakesh, no Marrocos, em abril de 1994, bem como o pacto de fundação da OMC, cujo princípio fundamental é a não discriminação, segundo as mesmas fontes.

O assunto foi incluído na agenda a pedido da UE, que assinalou na reunião que há bons motivos para apoiar uma abertura de mercado recíproca nas contratações públicas.

A UE reiterou que, inclusive no processo de consulta pública que acontece agora nos Estados Unidos, setores como o da tecnologia para o setor de defesa e das telecomunicações advertiram sobre os efeitos negativos de uma política que pretende "maximizar" as preferências por produtos locais em licitações e acordos comerciais. **Página 3**

Previsão do Tempo

Quinta: Sol com algumas nuvens. Não chove. **34° C**
18° C



Manhã Tarde Noite
Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 3,16
Venda: 3,16

Turismo

Compra: 3,15
Venda: 3,34

EURO

Compra: 3,73
Venda: 3,73

OURO

Compra: 119,41
Venda: 149,04

"Não sou líder do governo", diz relator de denúncia contra Michel Temer



Justiça apresentada contra Michel Temer, disse na quarta-feira (18) que não atuou como líder do governo ao proferir parecer contrário à admissibilidade da acusação imputada contra o presidente da República.

Durante seu tempo de réplica no debate na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Andrada adotou tom mais agressivo e reagiu às críticas de que estaria agindo em favor do governo Temer.

"Eu sou relator, não sou líder do governo não. Eu sou membro desta comissão e esta comissão me nomeou relator e como relator eu tenho que agir de acordo com as exigências desta comissão, que são exigências jurídicas. Não me cabe aqui defender o governo de Michel Temer", disse. **Página 4**

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) aprecia parecer do deputado Bonifácio de Andrada (PSDB-MG) pela inadmissibilidade da denúncia da Procuradoria-Geral da República contra o presidente Michel Temer

O deputado Bonifácio de Andrada (PSDB-MG), relator da segunda denúncia por organização criminosa e obstrução de

Esporte

Sábado é dia dos ralis da Mitsubishi Motors em Campos do Jordão (SP)

As duplas do rali de regularidade Mitsubishi Motorsports e as equipes do rali de estratégia e tarefas Mitsubishi Outdoor chegam a Campos do Jordão (SP) neste sábado, dia 21 de outubro, para a penúltima etapa da temporada. Além dos desafios off-road, os participantes poderão aproveitar trilhas que passam pelas belas paisagens da Serra da Mantiqueira. **Página 8**



Prova chegará a 1800 metros de altitude

Na Stock Car, o momento é de Felipe Fraga: 3 vitórias nas últimas 4 etapas e recorde de pontos



Felipe Fraga

A Stock Car disputa sua antepenúltima rodada da temporada 2017 neste final de semana em Tarumã, onde o atual campeão, Felipe Fraga, segue sua impressionante ascensão desde a Corrida do Milhão. Depois esta prova, em julho, ninguém marcou mais pontos que o piloto da Cimed Racing (135 pontos da sexta etapa para cá, contra 129 de Thiago Camilo e 117 de Daniel Serra), incluindo três vitórias das quatro corridas principais (a primeira da rodada dupla, que conta com maior pontuação): Curvelo, Velo Citta e Buenos Aires. **Página 8**

Circuito das Serras 2017 terá segunda etapa em Jundiá

Depois do sucesso da etapa de abertura, na Serra Caminho do Mar, o Circuito das Serras 2017 prossegue no próximo domingo, dia 22 de outubro, com a segunda das quatro etapas programadas para a temporada. Desta vez, os atletas estarão na Serra do Japi, enfrentando as trilhas e caminhos da região para os três percursos - Curto (5 a 7 km), Médio (11 a 13 km) e Longo (20 a 22 km). A base será na Fazenda Montanhas do Japi, na Av. Luiz Gobbio, 5650, Santa Clara, Jundiá, com largada a partir das 9h. **Página 8**

Vôlei Nestlé bate Hinode e estreia com vitória na Superliga



Bia e Tândara no bloqueio

Vôlei Nestlé iniciou sua participação na Superliga 2017/18 como encerrou o Campeonato Paulista: vencendo. O time de Osasco derrotou o Hinode por 3 sets a 1, parciais de 25/17, 23/25, 25/20 e 25/17, em 1h48min, na noite de terça-feira (17), no ginásio José Correia, em Barueri. Os times voltaram a se enfrentar apenas quatro dias depois da final estadual, quando Bia, Tândara, Fabíola e cia. conquistaram o hexacampeonato no gólden set, por 25/23, após uma batalha de 3 horas. **Página 8**

Após dois meses seguidos de crescimento, a atividade econômica registrou queda em agosto. O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) dessazonalizado (ajustado para o período) teve queda de 0,38%, em agosto, segundo dados divulgados na quarta-feira (18).

Na comparação com agosto de 2016, houve crescimento de 1,64% (sem ajuste para o período). Em 12 meses encerrados em agosto, o indicador tem retração de 1,08%. No ano, até agosto, houve crescimento de 0,31%.

O IBC-Br é uma forma de avaliar a evolução da atividade econômica brasileira e ajuda o BC a tomar suas decisões sobre a taxa básica de juros, a Selic. **Página 3**

Maioria que conclui ensino superior ganha salário abaixo de R\$ 3 mil

Em todo o país, entre os profissionais que concluíram o ensino superior nos últimos dois anos, a maior parte recebe salário inferior a R\$ 3 mil, segundo levantamento divulgado na quarta-feira (18), em São Paulo, pelo Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior (Semesp). A pesquisa aponta ainda a desvalorização da licenciatura - enquanto 50% dos profissionais dos cursos de bacharelado recebem abaixo de R\$ 3 mil, na licenciatura o percentual sobe para 88%. **Página 5**

Em todo o país, entre os profissionais que concluíram o ensino superior nos últimos dois anos, a maior parte recebe salário inferior a R\$ 3 mil, segundo levantamento divulgado na quarta-feira (18), em São Paulo, pelo Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior (Semesp). A pesquisa aponta ainda a desvalorização da licenciatura - enquanto 50% dos profissionais dos cursos de bacharelado recebem abaixo de R\$ 3 mil, na licenciatura o percentual sobe para 88%. **Página 5**

Multas de trânsito poderão ser pagas em parcelas e com cartão de crédito

Página 3

Campanha orienta sobre abuso sexual no transporte público

A providência mais adequada para combater o abuso sexual é a denúncia do agressor, para que ele não permaneça impune. Por isso, se você for vítima ou presenciar esse tipo de crime, denuncie.

Campanha "Juntos podemos parar o abuso sexual no transporte", coordenada pelo Tribunal de Justiça, envolve o Metrô, CPTM e EMTU e orienta e estimula as vítimas e testemunhas a romperem com o silêncio. **Página 2**

No transporte público, a

Prefeitura de São Paulo deve incorporar farinha na merenda escolar

CESAR NETO

www.cesarneto.com

CÂMARA (SP)

Enquanto o vereador-presidente Milton Leite cacifa-se pra reeleição à presidência da Mesa Diretora [em dezembro], o colega Mario Covas (PSDB) cacifa-se ou pro Senado ou Câmara Federal. Presidente do diretório municipal, Covas tá sendo de novo um 'magistrado' na eleição deste mês.

PREFEITURA (SP)

Recebido como rei, pelo Presidente (PMDB) Temer, o candidato [ainda no PSDB] Doria vai trazendo pra cidade de São Paulo investimentos que nem Haddad (PT) conseguiu com a hoje Impedida Dilma (ex-PDT no PT). Ainda no tema, Temer escancara janelas e portas do PMDB pra Doria.

ASSEMBLEIA

Pra fazer justiça com os deputados Camilo (líder do PSD), ex-comandante da Polícia Militar e com o colega Telhada (PSDB), ex-comandante da Rota, é bom que a Justiça Militar paulista deixe muito claro que ambos não têm nada a ver com fraudes em licitações [entre 2005 a 2012] ...

PAULISTA

... Caso contrário, ambos estarão muito prejudicados nas suas campanhas de reeleição ou pra Câmara Federal. Acontece que a humanidade tem o gravíssimo vício de julgar pelo que ouve [ruas e rádios], lê [hoje via Internet] ou assiste via tv, reproduzindo em seguida sem o menor critério.

GOVERNO (SP)

Virtual governador de São Paulo, talvez já a partir de janeiro, o vice Márcio França [dono paulista do PSB] vai ganhando cada vez mais espaço em termo nacionais uma vez que o agora ex-comunista (PC do B) e neo-socialista Aldo Rebelo trouxe consigo uma história que vai cacifar França.

CONGRESSO

Senadores [SP], o ex-prefeito e ex-governador Serra (PSDB), a ex-prefeita Marta [ex-Suplicy e ex-PT, que foi pro PMDB] e o suplente (PMDB) de Aloysio (PSDB), ministro [Relações Exteriores], tá dizendo o quê sobre terem votado pela fidejuda do denunciado [JBS] colega Aécio (PSDB - MG) ?

HISTÓRIAS

Da China, o vereador-professor Eliseu Gabriel manda dizer, em nome do virtual governador paulista Márcio França (PSB), que tá transformando a missão oficial [representando o PSB, ao lado de colegas do PSD de Kassab, PPS de Freire e PSC não mais de Bolsonaro] em conversações reais ...

DA

... de investimentos do governo Chinês - especialmente na área da energia solar - junto ao homem que na prática é o vice-governador da Província [seria um Estado] de Shaanxi, o senhor Gong Guiju. Em tempo: há tempos Eliseu Gabriel, que é professor de Física [USP], defende a tecnologias ...

POLÍTICA

... limpas com placas fotovoltaicas de baterias com grande capacidade de armazenamento de energia. Candidato a deputado federal em 2018, uma vez eleito Eliseu Gabriel pode virar uma referência nos investimentos que são supra Partido [único] Comunista Chinês. O cara não é fácil.

EDITOR

O jornalista CESAR NETO assina esta coluna [diária] desde 1992. Ela foi se tornando referência na política e uma via das liberdades possíveis entre comunicação, sociedade e instituições. Na Internet, é uma das pioneiras [desde 1996]. Ele está dirigente na Associação dos Cronistas de Política [São Paulo - Brasil].

cesar.neto@mais.com

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 11
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Assinatura on-line
Mensal: R\$ 20,00
Radiobrás - Agência Brasil

Publicidade Legal
Balancos, Atas e
Convocações
R. Albion, 229 - Cj. 115 -
Lapa
Telefone: 3832-4488

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 2,30
Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

E-mail: jornalodiassp@terra.com.br
Site: www.jornalodiassp.com.br

O prefeito de São Paulo, João Doria, confirmou na quarta-feira (18) que pretende incorporar a farinha na merenda escolar dos alunos da rede municipal. A farinha é uma farinha obida a partir de alimentos que estejam próximos da data de vencimento e que serão descartados. O produto foi elaborado pela organização sem fins lucrativos Sinergia.

Na semana passada, Doria anunciou que usaria o produto no Programa Alimento para Todos, que prevê a distribuição do composto para a população carente da cidade. O uso da farinha gerou polêmica após o prefeito mostrar um biscoito em forma de bolinhas que foi chamado de ração nas redes sociais.

"Na prefeitura de São Paulo, a Secretaria de Educação já foi autorizada a utilizar o alimento solidário de forma complementar na merenda escolar, com todas as suas características de proteínas, vitaminas, sais minerais, para a complementação dessa merenda já com início em outubro", disse Doria.

Entretanto, o prefeito não soube informar quais serão os compostos introduzidos na merenda.

Segundo Doria, apesar de ter promulgado a Lei 01-00550/2016, que institui e estabelece diretrizes para a Política Municipal de Erradicação da Fome e Promoção da Função Social dos Alimentos, a administração nunca disse que já estava pronta para implantar o projeto. "Eu disse que, a partir daquele momento, podíamos iniciar o processo de incorporação da farinha e sua distribuição".

De acordo com a secretaria municipal de Direitos Humanos, Eloisa Arruda, ainda serão reali-

zados estudos para conhecer as carências nutricionais da população da cidade de São Paulo. "Ainda não está definido o que vai chegar às escolas em outubro, mas estamos em contato com o secretário da Educação para que ele nos apresente qual é o cardápio destes creches, e a introdução pode ser feita paulatinamente". O estudo deve ser feito pelo Observatório de Políticas para o Desenvolvimento Social, da Secretaria de Desenvolvimento Social.

Eloisa enfatizou que o alimento *in natura* continuará sendo fornecido e seu uso, incentivado, mas que serão analisadas as necessidades alimentares nas regiões da cidade para que o alimento solidário seja incorporado. "Não vamos substituir alimentos *in natura*. Temos regiões em São Paulo que são chamadas de desertos alimentares, nas quais o alimento *in natura* não chega pela dificuldade logística. O que queremos é alimentos de boa qualidade dos supermercados fora da conformidade

ser informados aos funcionários, para que o agressor seja encaminhado à delegacia de polícia mais próxima para registro do Boletim de Ocorrência (BO).

A ocorrência também pode ser encaminhada ao serviço do SMS Denúncia (97150-4949). É importante descrever características físicas e roupas do agressor para facilitar a sua identificação e localização.

A EMTU orienta e treina os colaboradores das concessionárias e permissionárias responsáveis pela operação dos ônibus metropolitanos para denunciar os criminosos pelo telefone 190 do Centro de Operações da Polícia Militar e atender e prestar todo apoio às vítimas.

Participam da campanha o Tribunal de Justiça do Estado, Ministério Público do Estado, Governo de São Paulo, Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos, CPTM, Metrô e EMTU, Estrada de Ferro Campos do Jordão (EFCJ), ViaQuatro, Prefeitura de São Paulo, SPTrans, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Polícia Militar, Polícia Civil, Secretaria de Segurança Pública e Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes de São Paulo.

Delegacias
Agressões e violência con-

tra as mulheres são tratadas com rigor por delegacias especializadas no Estado de São Paulo. São 133 delegacias do gênero, distribuídas na capital (19), Região Metropolitana de São Paulo (19, litoral e Interior do Estado (108).

São Paulo é o estado com o maior número de delegacias especializadas em atender casos de violência contra a mulher, com 36% de todas as unidades existentes no país.

Outro marco no enfrentamento da questão, foi a criação em 2016 da 1ª Delegacia de Defesa da Mulher, em São Paulo, com funcionamento em plantão de 24 horas.

Serviço
Delegacia da Mulher em São Paulo

1ª Delegacia de Defesa da Mulher - Centro

Rua Dr. Bittencourt Rodrigues, 200 - térreo - CEP 01017-010 - São Paulo

Telefone: (11) 3241-3328 (24 horas)

2ª Delegacia de Defesa da Mulher - Sul

Avenida Onze de julho, 89 - térreo - CEP 04041-050 - São Paulo

Telefone: (11) 5084-2579

3ª Delegacia de Defesa da Mulher - Oeste

Avenida Corifeu de Azevedo



O prefeito João Doria

que cheguem a esses desertos alimentares, é um projeto amplo que está apenas começando".

A fundadora da Sinergia, Rosana Perrotti, explicou que a farinha é um composto feito com alimentos bons, e que são empregadas diversas técnicas para permitir o reaproveitamento. "Testamos todas as técnicas que chegaram a nós e conectamos todas elas de forma que qualquer alimento que entra, sai o mesmo, mas em formato de pó ou granulado".

Segundo Rosana, a única diferença entre tal alimento e o produzido pela indústria é que a farinha é patenteada exclusivamente para os programas de combate à fome. "Esta é uma inovação que esperamos que inspire o Brasil e o mundo. Só vamos conseguir produzir para essa finalidade por meio de políticas públicas".

Rosana não soube explicar quem produzirá o composto e como será a distribuição. Ela ressaltou que pelo menos 1,3 bilhão de toneladas são desper-

diçadas no mundo e há 1 bilhão de pessoas sem alimento. O custo para descartar o que é desperdiçado chega a US\$ 750 bilhões.

"Cada supermercado sabe seu custo. Nós vamos reduzir os custos deles ao operacionalizar a farinha. Esse custo será menor do que o do processo de descarte. A prefeitura não vai colocar nenhum recurso. O que vai fazer é reduzir seus custos, inclusive na área de saúde e educação, porque, se elevamos o nível da nutrição, vamos ter melhor resultado educacional e de saúde. Cada empresa que entra na parceria pode ajudar nesse benefício", acrescentou.

Arcebispo apoia
O arcebispo metropolitano de São Paulo, cardinal dom Odilo Scherer, defendeu o uso da farinha em virtude do grande número de pessoas que passam fome na cidade de São Paulo. De acordo com o cardinal, três questões que interessam à igreja serão sanadas com a distribuição da farinha: o escândalo da fome, o desperdício de alimentos, o ônus ambiental causado por esse desperdício.

"A possibilidade de fazer algo para que isso não aconteça [a existência de pessoas com fome] nos levou a apoiar a iniciativa que pretende levar alimento de forma segura e gratuita para quem não tem. O projeto de lei que foi elaborado para permitir a distribuição da farinha foi feito há quatro anos. O assunto foi introduzido no Congresso Nacional, já tramitou na Câmara dos Deputados e está no Senado Federal. Com essa farinha se fazem muitas coisas, não é alimento granulado como se tem dito", afirmou dom Odilo. (Agência Brasil)

Campanha orienta sobre abuso sexual no transporte público

tra as mulheres são tratadas com rigor por delegacias especializadas no Estado de São Paulo. São 133 delegacias do gênero, distribuídas na capital (19), Região Metropolitana de São Paulo (19, litoral e Interior do Estado (108).

São Paulo é o estado com o maior número de delegacias especializadas em atender casos de violência contra a mulher, com 36% de todas as unidades existentes no país.

Outro marco no enfrentamento da questão, foi a criação em 2016 da 1ª Delegacia de Defesa da Mulher, em São Paulo, com funcionamento em plantão de 24 horas.

Serviço
Delegacia da Mulher em São Paulo

1ª Delegacia de Defesa da Mulher - Centro

Rua Dr. Bittencourt Rodrigues, 200 - térreo - CEP 01017-010 - São Paulo

Telefone: (11) 3241-3328 (24 horas)

2ª Delegacia de Defesa da Mulher - Sul

Avenida Onze de julho, 89 - térreo - CEP 04041-050 - São Paulo

Telefone: (11) 5084-2579

3ª Delegacia de Defesa da Mulher - Oeste

Avenida Corifeu de Azevedo

Marques, 4300 - 2º andar - CEP 05339-002 - São Paulo

Telefone: (11) 3768-4664

4ª Delegacia de Defesa da Mulher - Norte

Avenida Itaberaba, 731 - 1º andar - CEP 02734-000 - São Paulo

Telefone: (11) 3976-2908

5ª Delegacia de Defesa da Mulher - Leste

Rua Dr. Corinto Balduino Costa, 400 - 2º andar - CEP 03069-070 - São Paulo

Telefone: (11) 2293-3816

6ª Delegacia de Defesa da Mulher - Santo Amaro

Rua Sargento Manoel Barbosa da Silva, nº 115 - 2º andar - CEP 04675-050 - São Paulo

Telefone: (11) 5521-6068 e 5686-8567

7ª Delegacia de Defesa da Mulher - São Miguel Paulista

Rua Sábado D'Angelo, 46 - Itaquerá - térreo - CEP 08210-790 - São Paulo

Telefone: (11) 2071-3488

8ª Delegacia de Defesa da Mulher - São Mateus

Avenida Osvaldo do Valle Cordeiro, 190 - 2º andar - CEP 03584-000 - São Paulo

Telefone: (11) 2742-1701

9ª Delegacia de Defesa da Mulher - Pirituba

Avenida Menotti Laudisio, 286 - térreo - CEP 02945-000 - São Paulo

Telefone: (11) 3974-8890

Outubro Rosa: ação distribui perucas a pacientes de câncer em tratamento

Uma atividade do programa Outubro Rosa está distribuindo perucas para pacientes com câncer que estão fazendo tratamento de quimioterapia em hospitais estaduais. A iniciativa faz parte de uma parceria da Secretaria de Estado da Saúde com a Sociedade de Assistência Bandeirantes (Instituto Sab) e a organização não governamental Cabelaria.

Vão ser doadas 500 perucas a pacientes com câncer em tratamento em serviços de saúde vinculados à Secretaria. Um veículo móvel equipado com salão de beleza que está percorrendo diversos hospitais. Ação que está se desenvolvendo desde setembro deste ano prossegue até novembro.

O "Banco de Perucas Móvel" também está recolhendo doações de cabelo. Como não é possível fazer o corte do cabelo no veículo, o doador deve doar as mechas de cabelo com 20 cm de comprimento, no mínimo. O cabelo deve estar seco. São aceitas doações também de fios com química e coloração.

As mechas devem ser presas por elástico e acondicionadas em sacos plásticos. Os doadores também podem enviar as doações pelo correio para a ONG Cabelaria, Caixa Postal 75207, São Paulo, SP, Cep: 02415-972, utilizando o mesmo procedimento e enviando as colaborações em envelope ou caixa.

As perucas são doadas para os pacientes que passam por tratamento quimioterápico, estando ou não internados. Os pacientes em atendimento ambulatorial em serviços públicos de saúde interessados devem apresentar o cartão do SUS (Sistema Único de Saúde), laudo médico atualizado com validade de até cinco meses, RG e comprovante de tratamento, como a agenda das sessões de quimioterapia, por exemplo.

Programação da unidade móvel

16 a 21/10 - Hospital Luzia de Pinho Mello

Local: Rua Manoel de Oliveira, s/n, Vila Mogilar - Mogi

das Cruzes

23 a 31/10 - Instituto de Tratamento do Câncer Infantil (ITACI)

Local: Rua Galeno de Almeida, 148, Pinheiros, São Paulo

6 a 10/11 - Hospital Estadual Mário Covas

Local: Rua Dr. Henrique Calderazzo, 321, Paraíso, Santo André

13 a 15/11 - Hospital Estadual de Bauri

Local: Avenida Engenheiro Luiz Edmundo Carrijo Coube 1-100, Núcleo Presidente Geisel, Bauri

16 a 17/11 - Hospital das Clínicas de Botucatu

Local: Distrito de Rubião Júnior, s/n, Botucatu

Comércio varejista deve crescer 1,4% em 2017, diz ACSP

O volume de vendas do comércio varejista brasileiro deve crescer 1,4% este ano em relação a 2016, segundo projeção da Associação Comercial de São Paulo (ACSP). Em julho, a estimativa da entidade era de que o setor fecharia o ano com leve recuo de 0,4%. Para a associação, a melhora de cenário se deve a uma queda da inflação nos últimos meses,

maior do que se esperava. Os dados se referem ao varejo restrito, que não considera automóveis e material de construção.

"Fechar o ano no campo positivo é uma boa notícia. É a mola dessa recuperação é a queda dos juros e da inflação. A retomada é lenta e não compensaria o que foi perdido no ano passado, mas é consistente", diz

Alencar Burti, presidente da ACSP e da Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo (Fapesp). Em 2016, o varejo restrito nacional registrou retração de 6,2% sobre o ano anterior, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O pior resultado da série histórica da projeção da ACSP, iniciada em março de 2007, foi em

outubro de 2016 (-6,8%). O gráfico da associação aponta que o setor deve zelar a queda em outubro de 2017 e registrar avanço de 2,3% em março de 2018 na variação de 12 meses. A projeção foi elaborada pelo Instituto de Economia/ACSP com base em dados do IBGE e do Índice Nacional de Confiança/ACSP (Agência Brasil)

Atividade econômica registra queda de 0,38% em agosto, após dois meses de crescimento

Após dois meses seguidos de crescimento, a atividade econômica registrou queda em agosto. O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) dessa análise (ajustado para o período) teve queda de 0,38%, em agosto, segundo dados divulgados na

quarta-feira (18).

Na comparação com agosto de 2016, houve crescimento de 1,64% (sem ajuste para o período). Em 12 meses encerrados em agosto, o indicador tem retração de 1,08%. No ano, até agosto, houve crescimento de 0,31%.

O IBC-Br é uma forma de

avaliar a evolução da atividade econômica brasileira e ajuda o BC a tomar suas decisões sobre a taxa básica de juros, a Selic. O índice incorpora informações sobre o nível de atividade dos três setores da economia: indústria, comércio e serviços e agropecuária, além do volume

de impostos.

O indicador foi criado pelo BC para tentar antecipar, por aproximação, a evolução da atividade econômica. Mas o indicador oficial é o Produto Interno Bruto, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (Agência Brasil)

Cresce produção de petróleo e gás natural no país em setembro

A normalização da operação de produção nas plataformas FPSOs Cidade de Ilha e Cidade de Maricá, ambas operando no Campo de Iguai, na pré-sal da Bacia de Santos, levou ao aumento na produção de petróleo e gás natural no mês de setembro nos campos do país operados pela Petrobras.

Em nota divulgada na quarta-feira (18), a companhia informa ainda que as duas FPSOs (unidades flutuantes de produção, armazenamento e transferência de petróleo e gás natural) estavam em parada programada para manutenção.

Com a volta à operação des-

as duas unidades, a produção de petróleo e gás natural na área do pré-sal nos campos operados pela Petrobras (parcela própria e dos parceiros) cresceu 6,6% em relação a agosto, atingindo 1,68 milhão de barris de óleo equivalente.

A produção média de petróleo no país foi de 2,17 milhões de barris por dia (bpd), volume 2,8% superior ao de agosto; enquanto a produção de gás natural no Brasil, excluído o volume liquefeito, foi de 81,5 milhões de metros cúbicos por dia (m³/d), 2% acima da extração do mês anterior.

Segundo a Petrobras, o

aproveitamento do gás produzido nas plataformas operadas pela Petrobras atingiu, em setembro, pelo segundo mês consecutivo, um novo recorde mensal, com 97%.

A produção total nos campos explorados pela companhia nos campos do Brasil e do exterior em setembro, foi de 2,79 milhões de barris de óleo equivalente por dia (petróleo e gás equivalente), sendo 2,68 milhões de barris por dia produzidos no Brasil e 106 mil no exterior.

Óleo e gás no exterior

Isoladamente, a produção de petróleo nos campos explorados

pela Petrobras no exterior em setembro foi de 64 mil barris de petróleo por dia, volume 3,3% acima do mês anterior. De acordo com a companhia, o aumento resultou da normalização da produção em campos produtores nos Estados Unidos após a passagem do Furacão Harvey.

Já a produção de gás natural foi de 7,2 milhões de metros cúbicos por dia, nesse caso registrando uma queda de 6,9% em relação ao volume produzido em agosto. Esse desempenho resultou, principalmente, da redução da produção do campo de Hadrian South, devido a "ocorrências operacionais". (Agência Brasil)

IBGE: número de trabalhadores em empresas de grande porte cai 29% em um ano

O número de trabalhadores ocupados em empreendimentos de grande porte (com 50 trabalhadores ou mais) caiu 29% em relação a 2015. A informação é do primeiro módulo da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (Pnad Contínua 2012-2016) - Características Adicionais do Mercado de Trabalho, divulgado na quarta-feira (18) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A publicação indica ainda que 26% da população ocupada (empregadores, trabalhadores por conta própria e empregados, desconsiderando o setor público e os trabalhadores domésticos) trabalhava em empreendimentos de grande porte em 2016. Em 2012, eram no total 72,4 milhões pessoas ocupadas, número que saltou para 75 milhões em 2015, vindo posteriormente a cair para os 73,7 milhões do ano passado - o último ano da pesquisa.

Na publicação deste mês, a Pnad Contínua apresenta dados estruturais do mercado de trabalho, referentes ao intervalo entre os anos de 2012 a 2016, e não apenas os conjunturais, divulgados mensalmente. A pesquisadora do IBGE Adriana Beringui disse que o objetivo desse primeiro módulo da pesquisa é exatamente o de "investigar algumas características que têm o perfil mais estrutural e menos conjuntural do mercado de trabalho no país, como os indicadores associados à filiação a sindicatos, turno de trabalho, cooperativas de trabalho ou produção, registro no CNPJ e o tamanho do empreendimento".

O percentual daqueles que trabalhavam em empreendimen-

tos de pequeno porte (com até 5 pessoas) subiu de 48,1% para 50,1% entre 2015 e 2016. "Nesse período em que nós observamos, por exemplo, queda na ocupação da indústria - até mesmo as de grande porte tiveram dispensas de trabalhadores -, os empreendimentos de menor porte estavam sendo formados absorvendo pessoas ocupadas", ressaltou Adriana.

Dados por região

O percentual de pessoas ocupadas (exceto empregados no setor público e trabalhadores domésticos) em empresas de pequeno porte foi maior nas Regiões Norte e Nordeste que nas demais regiões em todos os anos da pesquisa. Em 2016, foram 68% no Norte, 61,7% no Nordeste, 51% no Centro-Oeste, 47,1% no Sul e 42,1% no Sudeste. No período 2012-2016, o percentual aumentou nas Grandes Regiões, sobretudo no Norte (11,8%) e no Centro-Oeste (10,9%).

Em relação ao percentual de ocupados (excluídos empregados no setor público e trabalhadores domésticos) em empreendimentos com 50 ou mais pessoas, o Sudeste foi a região com maior percentual (31,8%) e o Norte, com o menor, 14,7%. Houve redução de percentual ocupado neste modelo de empresa em todas as regiões, principalmente no Norte (queda de 29,3%).

Formalização via CNPJ

A Pnad Contínua 2012-2016 constatou também o aumento da formalização do emprego via Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), tanto entre os ocupados por conta própria

quanto entre os empregados. Segundo os dados de 2016, 18,3% dos trabalhadores por conta própria e 82% dos empregados estavam em empreendimentos registrados no CNPJ. Em 2012, os percentuais eram de 14,9% e 75,6%, respectivamente.

A pesquisa aponta também que a formalização profissional é maior entre as mulheres. Em 2016, o percentual de mulheres que trabalhavam por conta própria em empreendimentos com CNPJ era de 20,3%, ante 18,2% dos homens. Já as empregadas formalizadas eram 86,1% no mesmo ano, enquanto os homens empregados formalizados chegavam a 80,2%. Em 2016, 30% das mulheres ocupadas como empregadoras ou trabalhadoras por conta própria tinham registro no CNPJ, enquanto esse percentual para os homens era de 28,4%.

Em 2016, o aumento do registro no CNPJ ocorreu em todas as Grandes Regiões, contudo em menor intensidade na Norte (3,3% apenas). A Região Nordeste foi a que apresentou o maior aumento no percentual de registrados no CNPJ entre 2012 e 2016, 33,1%, seguida pela Sudeste, com aumento de 21,1%.

Adriana Beringui destacou a formalização dos trabalhadores via registro no CNPJ. "Muitos podem ser até na função de microempreendedor individual, legislação que dá cidadania aos diretores, direitos e benefícios", facilitando o acesso desses trabalhadores conta própria à sua formalização - um prestador de serviço com direito a emitir sua nota fiscal, ter sua

própria contabilidade", explicou.

Sindicatos e cooperativas

A Pnad indica ainda que 12,1% das pessoas ocupadas ou que estiveram ocupadas estavam associadas a algum sindicato em 2016. Eram 16,9 milhões de sindicalizados frente a um total de 139,1 milhões. Segundo o IBGE, é o menor percentual da série que iniciou em 2012 com 13,6% de sindicalizados.

O percentual de sindicalização foi maior entre homens do que entre mulheres: em 2016, foram respectivamente 13,1% de homens ante 11,2% de mulheres sindicalizadas. Houve uma queda entre na sindicalização entre homens do que entre mulheres: em 2012, os percentuais eram respectivamente 15,3% e 11,9%. "Entre 2012 e 2016 foi registrado o movimento de redução da sindicalização em todas as Grandes Regiões do país", afirma o IBGE.

Cooperativas

Apesar do aumento de 11,3% no total de pessoas ocupadas como empregadores ou trabalhadores por conta própria no período analisado, houve redução no percentual de associadas a cooperativas, de 6,4% em 2012 para 5,9% em 2016.

A associação a cooperativas de trabalho ou produção era maior entre homens do que entre mulheres. Contudo, essa diferença entre sexos se reduziu de 2,7 pontos percentuais (pp) em 2012 para 1,7 pp em 2016. No ano passado, enquanto 6,4% dos homens ocupados como empregadores ou trabalhadores por conta própria estavam em cooperativas, a proporção entre mulheres era de 4,7%. (Agência Brasil)

composição dos custos, como aumento dos preços dos combustíveis, contratos de aluguel, transportes, vigilância, limpeza e salários dos empregados. As tarifas são atualizadas com base no Índice de Serviços Postais, indicador formado a partir de uma cesta de índices, como INPC, IPCA, e IGP-M. (Agência Brasil)

INTERNACIONAL

Membros da OMC questionam política protecionista de Trump

Vários membros da Organização Mundial do Comércio (OMC) questionaram na quarta-feira (18) os planos do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de dar prioridade a produtos locais sob a ordem executiva com caráter protecionista *Buy American*, *Hire American* (Compre de Americanos, Contrate Americanos, em tradução livre do inglês) emitida em abril. As informações são da EFE.

União Europeia (UE), Japão, Canadá, Hong Kong, China, Coreia do Sul, Suíça, Noruega, Israel, Cingapura e Taiwan questionaram a política da administração Trump em uma reunião do Comitê de Contratações Públicas, indicaram fontes especializadas em comércio em Genebra.

Os países pediram a Washington que cumprisse o Acordo sobre Contratações Públicas (ACP), assinado na cidade de Marrakesh, no Marrocos, em abril de 1994, bem como o pacto de fundação da OMC, cujo princípio fundamental é a não discriminação, segundo as mesmas fontes.

O assunto foi incluído na agenda a pedido da UE, que assinou na reunião que há bons motivos para apoiar uma abertura de mercado recíproca nas contratações públicas.

A UE reiterou que, inclusive no processo de consulta pública que acontece agora nos Estados Unidos, setores como o da tecnologia para o setor de defesa e das telecomunicações advertiram sobre os efeitos negativos de uma política que pretende "maximizar" as preferências por produtos locais em licitações e acordos comerciais.

Um dos componentes da ordem executiva assinada por Trump em 18 de abril é promover o uso de produtos americanos nos contratos para projetos financiados pelo governo federal.

Várias leis americanas obrigam a aquisição de produtos fabricados no país para esses projetos com recursos federais, mas há certas "lacunas legais" e acordos incluídos em tratados comerciais bilaterais que permitem um desvio dessa normativa, conhecida como *Buy American* (Compre de Americanos, em tradução livre).

A norma exige que todas as agências do governo façam "revisões abrangentes com o objetivo de minimizar qualquer debilidade na supervisão e na aplicação dessa normativa e para "eliminar as lacunas legais" que a prejudicam, segundo a Casa Branca.

O outro componente da ordem executiva de Trump é revisar o sistema de vistos para evitar que o mesmo possa beneficiar trabalhadores estrangeiros acima dos americanos.

A UE argumentou na OMC que algumas políticas mais restritivas por parte dos Estados Unidos só tratam mais custos e atrasos adicionais, sem nenhum lucro líquido em termos de geração de empregos.

A medida também pode gerar custos adicionais a empresas americanas e constituir para elas uma desvantagem em nível mundial, ao prejudicar as cadeias de fornecimento entre fronteiras.

Por isso, a UE acredita que o relatório que o Departamento de Comércio dos EUA entregará até 24 de novembro ao presidente Trump reconheça os benefícios que geraram o Acordo sobre Contratações Públicas e outros acordos para a abertura do mercado.

Outros membros da OMC também demonstraram preocupação com os planos de Trump e disseram que monitoram de perto a situação.

Os Estados Unidos responderam que a ordem executiva de abril estabelece que nada na medida deve ser interpretado de modo que distorça direitos e obrigações já existentes sob acordos internacionais, segundo as fontes comerciais em Genebra.

Os Estados Unidos adiantou que o documento recomendará um reforço na implementação da Lei *Buy American*, mas que levará em conta todos os comentários recebidos em sua elaboração.

Reunido em Genebra, o Comitê também deu as boas-vindas ao Brasil e ao Afeganistão, membros do Acordo sobre Contratações Públicas. (Agência Brasil)

Multas de trânsito poderão ser pagas em parcelas e com cartão de crédito

O Conselho Nacional de Trânsito (Contran) publicou na quarta-feira (18) resolução que altera a forma de pagamento das multas de trânsito e demais débitos relativos aos veículos. A partir de agora, os pagamentos poderão ser feitos em parcelas, por meio de cartão de crédito. Cartões de débito também poderão ser utilizados para pagamentos integrais.

O conselho aponta que a medida objetiva aperfeiçoar o processo de cobrança e quitação de débitos. O parcelamento poderá englobar uma ou mais multas de trânsito. O órgão de trânsito receberá o valor integral no momento da operação e, então, procederá com a regularização do veículo.

Caso a divisão do valor em parcelas gere cobrança de juros, o acréscimo deverá ficar a cargo do titular do cartão, que deve ter acesso a informações sobre custos operacionais antes da efetivação da operação de crédito. Já as operadoras arcarão com possíveis atrasos.

A resolução já está em vigor. Agora, para que essa alternativa venha a ser disponibilizada, é preciso que as entidades integrantes do Sistema Nacional de Trânsito, como Detrans, Departamento de Estradas de Rodagem (DER) e Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) firmem acordos com empresas para habilitá-las a oferecer esse serviço. A resolução aponta que elas devem ser autorizadas por instituição credenciadora supervisionada pelo Banco Central do Brasil a processar pagamentos, sem restrição de bandeiras.

De acordo com a norma, não poderão ser parcelados os seguintes tipos de débito: as multas inscritas em dívida ativa; os parcelamentos inscritos em cobrança administrativa; os veículos licenciados em outras unidades da federação; e multas aplicadas por outros órgãos autônomos que não autorizam o parcelamento ou arrecadação por meio de cartões de crédito ou débito. (Agência Brasil)

Ministério da Fazenda autoriza aumento das tarifas de serviços dos Correios

O Ministério da Fazenda autorizou, pela segunda vez este ano, o aumento das tarifas cobradas pelos Correios. Na edição de quarta-feira (18) do Diário Oficial, o governo autoriza o reajuste "sob forma de recomposição" das tarifas dos serviços postais e telegráficos nacionais e internacionais. O reajuste

ocorre em duas parcelas: a primeira de 6,121% será por prazo indeterminado e segunda, de 4,084% vai vigorar por 64 meses.

A revisão das tarifas ainda depende de publicação de aprovação pelo Ministério das Comunicações, de acordo com o Diário Oficial. Com o aumento, a carta comercial de até 20 gramas

passará a custar R\$ 1,83. Anteriormente, o valor era R\$ 1,23.

Em abril, o Ministério da Fazenda havia autorizado aumento de 7,485% nas tarifas dos serviços postais e telegráficos prestados pelos Correios. Na época, a empresa explicou que os serviços da estatal são reajustados todos os anos, com base na re-

Não sou líder do governo”, diz relator de denúncia contra Temer

PSDB nega que haja acordo com PMDB para barrar denúncia contra Michel Temer na Câmara

Um dia após a decisão que manteve os direitos parlamentares do senador Aécio Neves (PSDB-MG), que é presidente nacional licenciado do PSDB, a Executiva Nacional do partido negou que haja um acordo com o PMDB para barrar a denúncia contra o presidente Michel Temer que tramita na Câmara dos Deputados.

O PSDB divulgou uma nota em que afirma que a bancada da legenda se posicionou de modo contrário às medidas cautelares impostas a Aécio “única e exclusivamente” por acreditar que “todo e qualquer cidadão tem direito à ampla defesa e ao contraditório”.

“Nossa decisão não implica de forma nenhuma um juízo de valor sobre as atitudes do senador Aécio e muito menos pode ser entendida como parte de qualquer acordo relacionado à votação da denúncia contra o presidente da República na Câmara dos Deputados”, diz a direção partidária, no comunicado.

“O PSDB reafirma seu compromisso contra a impunidade, defendendo a ampla investigação de toda e qualquer denúncia devidamente fundamentada contra quem quer que seja, inclusive membros do par-

tido, assegurados todos os direitos e garantias processuais, corolários da igualdade de todos perante a lei”, diz ainda a nota à imprensa.

O presidente interino da sigla, senador Tasso Jereissati (CE), já havia defendido a posição do PSDB. “Estamos defendendo o direito à defesa, que foi o que o senador nos pediu. Porque ele nunca foi ouvido aqui no Senado. Ele acha que tem razões para se defender. Não tem o menor compromisso ou contrapartida nossa [PSDB] em relação à questão da [denúncia contra Temer] na Câmara”, afirmou.

Os senadores do partido vão se reunir para debater a situação do parlamentar mineiro após seu retorno à Casa. Uma ala dos senadores e parte de deputados tucanos defendem a renúncia de Aécio da Presidência. Apesar de alegarem que as conversas ainda ocorrem de modo “embrionário”, integrantes da sigla não descartam que haja uma decisão sobre o caso nas próximas horas.

Ao aparecer pela primeira vez no Senado após a decisão dos senadores, Aécio Neves prometeu trabalhar para provar a sua inocência. (Agência Brasil)

O deputado Bonifácio de Andrada (PSDB-MG), relator da segunda denúncia por organização criminosa e obstrução de Justiça apresentada contra Michel Temer, disse na quarta-feira (18) que não atuou como líder do governo ao proferir parecer contrário à admissibilidade da acusação imputada contra o presidente da República.

Durante seu tempo de réplica no debate na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Andrada adotou tom mais agressivo e rogiu às críticas de que estaria agindo em favor do governo Temer.

“Eu sou relator, não sou líder do governo não. Eu sou membro desta comissão e esta comissão me nomeou relator e

como relator eu tenho que agir de acordo com as exigências desta comissão, que são exigências jurídicas. Não me cabe aqui defender o governo de Michel Temer”, disse.

Bonifácio reiterou que não tem nada com o governo Temer e que sua missão era dar um parecer jurídico sobre a denúncia. Ele voltou a criticar o conceito de organização criminosa apresentado na peça acusatória elaborada pela Procuradoria Geral da República, acusação que recaí também sobre dois ministros de Estado: Eli-seu Padilha, da Casa Civil, e Moreira Franco, da Secretaria Geral da Presidência.

“O objetivo central da denúncia é considerar que há uma

organização criminosa e um empecilho para a investigação criminal”, disse ele. “[A denúncia] não especifica bem o que é organização criminosa e faz uma confusão histórica”, argumentou.

Falha na denúncia

O deputado aponta como falha o fato de o documento da PGR considerar a atuação da organização criminosa antes mesmo do início do mandato de Michel Temer, iniciado em maio do ano passado.

“Essa peça realmente não pode ser uma denúncia que tenha a nossa admissibilidade, tem que ter a inadmissibilidade por falta de elementos. É o que está na Constituição. Nos debates

aqui falou-se em tudo, menos esta questão básica que está na Constituição”.

Andrada reiterou que sua atitude na elaboração do parecer foi “puramente jurídica” e avaliou o material apresentado pela PGR como “complexo e confuso”.

“O que me cabe é justamente verificar isso. O meu problema é esse parágrafo 4º do Artigo 86 da Constituição. Ai estão os limites do meu parecer. Por essas razões que eu me coloco aqui mais uma vez contra a Procuradoria Geral da República”, declarou.

Após Andrada, os advogados dos três acusados se manifestaram pelo menos tempo utilizado pelo relator. (Agência Brasil)

MPF denuncia Nuzman, Cabral e mais quatro por corrupção na Rio 2016

O Ministério Público Federal no Rio de Janeiro (MPF/RJ) apresentou denúncia contra os envolvidos em suposto esquema de compra de votos para que o Rio de Janeiro fosse escolhido como sede dos Jogos Olímpicos Rio 2016. A organização foi investigada em cooperação internacional que resultou na Operação Unfair Play, deflagrada no dia 5 de setembro.

Foram denunciados por corrupção o ex-presidente do Comitê Olímpico do Brasil (COB) Carlos Arthur Nuzman; o ex-diretor de operações e marketing do COB Leonardo Gryner; o ex-governador Sérgio Cabral, o empresário Arthur Soares e os senegaleses Papa Massata Diack e Lamine Diack. Gryner e Nuzman também foram denunciados por organização criminosa e Nuzman responderá, ainda,

por lavagem de dinheiro e evasão de divisas.

Na denúncia, o MPF afirma que Cabral, Nuzman e Leonardo Gryner fizeram a solicitação de repasse dos recursos diretamente a Arthur Soares, com a promessa de vantagem indevida aos senegaleses Papa Diack e Lamine Diack. Segundo o MPF, a intenção da organização criminosa era garantir votos para o Rio de Janeiro na eleição da cidade-sede dos Jogos Olímpicos de 2016, o que, segundo o órgão, configura corrupção passiva.

Foram identificados depósitos que somam US\$ 2 milhões feitos de empresas de Soares a empresas de Papa Massata Diack, filho de Lamine, que na ocasião era presidente da Federação Internacional de Atletismo e membro do Comitê Olímpico Internacional (COI). Na denún-

cia, Nuzman e Gryner foram equiparados a funcionários públicos, “uma vez que tanto o COB quanto o Comitê Organizador dos Jogos receberam e eram gestores de verbas públicas e exerciam, por delegação, uma atividade típica de Estado: o desporto”, segundo o MPF.

“Onde existe verba pública, existe dever de probidade e existe a responsabilidade daqueles que a gerem, podendo, portanto, ser responsabilizados quando atuarem em contradição ao que determina a lei”, salientaram os procuradores da Força Tarefa da Lava Jato no Rio de Janeiro.

A denúncia também cita a Lei Pelé (Lei nº 9.615/98), que determina a competência do COB para representar o país em eventos esportivos como olimpíadas e jogos pan-americanos. “A despeito de tratar-se de uma

‘pessoa jurídica de direito privado’, o Comitê Olímpico Brasileiro, por meio de seus dirigentes, representa a República Federativa do Brasil em eventos esportivos internacionais, recebe verba pública (que representa a maior parte de seu orçamento) e, ainda, exerce uma atividade típica da Administração Pública Federal ao fomentar e organizar as atividades desportivas olímpicas no Brasil”.

O ex-presidente do COB foi acusado também de dissimular a propriedade e a origem de 16 quilos de ouro, no valor de R\$ 1.495.437,63, mantidos em cofre na Suíça. Além da condenação dos envolvidos, os procuradores pediram a reparação por danos materiais no valor de R\$ 6,34 milhões e de danos morais no valor de R\$ 1 bilhão. (Agência Brasil)

Advogado de Temer diz que denúncia tem base em “atuação lamentável” de Janot

O advogado do presidente Michel Temer, Eduardo Carneiros, afirmou na quarta-feira (18) que a segunda denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o presidente, pelos crimes de obstrução da justiça e organização criminosa, foi construída com base “em uma atuação lamentável, deplorável, pelo ex-procurador-geral da República [Rodrigo Janot]”.

Eduardo Carneiros disse que não houve investigação pela PGR, “porque não se quis investigar” e que a peça é um “quebra-cabeça horroroso”. “Não houve investigação nesse caso: a denúncia foi oferecida a partir da montagem, da colagem de elementos trazidos a forçeps, afirmou há pouco na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara.

Para Carneiros, a delação do dolo Lúcio Funaro, em que se baseia parte da denúncia é “devastadora” para o próprio Ministério Público, pois expõe os “métodos utilizados para aqueles que construíram a delação”.

Esta é a segunda acusação formal ao presidente da República elaborada pelo Ministério Público. Na denúncia, a acusação também recaí sobre os ministros Eliseu Padilha, da Casa Civil, e Moreira Franco, da Secretaria-Geral da Presidência. Na semana passada, o relator da denúncia, deputado Bonifácio Andrada (PSDB-MG), apresentou parecer pela inadmissibilidade da acusação na Casa.

Os advogados dos ministros também desqualificaram o teor das acusações. Para Daniel Gerber, defensor de Eliseu Padilha, a denúncia é uma agressão à imagem dos integrantes do Poder Legislativo e fere a credibilidade

de do Ministério Público. “É possível imaginarmos uma organização criminosa citando apenas um fato contra o ministro Eliseu Padilha ao longo de 11 anos?”, questionou. “Estamos, sim, diante de uma denúncia inepta, uma denúncia vazia e diante de um Ministério Público que obrou de maneira ideológica”, completou Gerber.

O defensor de Moreira Franco também argumentou que não houve apuração suficiente dos fatos apontados, apenas “investigações não acabadas para fechar um pretenso inquérito”. “A Câmara dos Deputados não pode permitir que a ação penal continue, porque não se acusa um presidente da República e ministros de estado sem prova de autoria. Citam-se apenas indícios e não há isso no processo penal brasileiro, nem no ocidental”, declarou Antônio Pitombo.

Votação

Encerrada a exposição dos advogados, os deputados votam o relatório. A votação é nominal. Para seguir a plenário, o parecer de Andrada deve ser aprovado por maioria simples (34 votos) do total de 66 deputados da comissão. Se for rejeitado, o presidente da comissão designará outro relator, que deve apresentar um parecer com mérito divergente do relatório vencido.

A votação em plenário deve ocorrer na semana que vem. No plenário, a denúncia só será autorizada a seguir para o Supremo Tribunal Federal (STF) se receber o apoio de pelo menos 342 deputados, o equivalente a dois terços do total de 513 parlamentares da Casa, conforme determina a Constituição Federal. (Agência Brasil)

Após depoimento de Funaro, Dilma tenta anular impeachment no STF

Um ano após ser cassada, a ex-presidente Dilma Rousseff voltou a pedir na terça-feira (17) ao Supremo Tribunal Federal (STF) que lhe restitua o cargo. O pedido foi feito em um mandado de segurança aberto em 30 de setembro de 2016, pouco após o impeachment.

Ela reforçou a nova solicitação após os depoimentos de Lúcio Bolonha Funaro, operador

financeiro que acusou o ex-presidente da Câmara, o deputado federal cassado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), de comprar votos a favor do impeachment.

Apesar de serem sigilosos, os ouvidos com os depoimentos da delação premiada de Funaro foram disponibilizados neste mês no site da Câmara, em meio aos documentos que fundamentam a segunda denúncia contra o presidente Michel Temer, tam-

bém delatado pelo operador financeiro.

Nos depoimentos, Funaro afirma ter repassado R\$ 1 milhão a Cunha, então presidente da Câmara, para ele “comprar” votos favoráveis ao impeachment, de modo a afastar “de qualquer jeito” Dilma Rousseff da Presidência da República.

“Resta, assim, explicitado agora, como o ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo

Cunha conseguiu ‘convencer’ parlamentares a votar pela cassação do mandato presidencial de Dilma Rousseff”, escreveram os advogados da ex-presidente, José Eduardo Cardozo e Renato Ferreira Franco, na nova petição, protocolada na noite de ontem. Na peça, afirmam ter ficado “evidente”, a partir da fala de Funaro, a compra de votos contra Dilma. (Agência Brasil)

STF diz que terras quilombolas da Amazônia não podem ser tituladas a terceiros

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu na quarta-feira (18) que terras quilombolas e de comunidades sociais localizadas na Amazônia Legal não podem ser regularizadas em nome de terceiros. A decisão proferida no julgamento impede que seja dada interpretação jurídica desfavorável à concessão de títulos de terras aos remanescentes das comunidades dos quilombos, garantindo determinação da Constituição.

A Corte julgou uma ação protocolada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) em 2009 contra dispositivos da Lei 11.952/2009, norma que criou regras para a regularização de terras localizadas em propriedades da União na Amazônia. A Procuradoria pretendia conferir in-

terpretação da Constituição para garantir o entendimento de que terras quilombolas não podem ser concedidas a terceiros, como produtores rurais, nos processos de regularização.

A maioria da Corte seguiu voto do relator, ministro Edson Fachin. Acompanharam, os ministros Luís Roberto Barroso, Rosa Weber, Luiz Fux, Ricardo Lewandowski, Celso de Mello e a presidente, Cármen Lúcia.

Em seu voto, Fachin entendeu que terras quilombolas merecem tratamento legal específico e a norma não pode deixar lacunas que possam restringir o direito constitucional de proteção aos povos remanescentes.

“Confiro interpretação conforme a Constituição a fim de afastar-se qualquer interpretação

que permita a regularização fundiária das terras ocupadas por quilombolas e outras comunidades tradicionais da Amazônia Legal em nome de terceiros ou de modo a descaracterizar o modo de apropriação da terra por esses grupos”, disse Fachin.

Em seu voto, o relator também entendeu que o governo não pode dispensar automaticamente a vistoria de propriedades rurais de pequeno porte ao conceder títulos de posse na região. Para o ministro, a fiscalização também deve ser feita por outros meios e ausência da vistoria deve ser justificada. De acordo com o Artigo 13 da lei, a fiscalização de imóveis com até quatro módulos fiscais deve ser feita por meio de declaração do ocupante, sem vistoria prévia.

Durante o julgamento, a ministra da Advocacia-Geral da União (AGU), Grace Mendonça, defendeu a integralidade da lei e argumentou que a norma foi feita para trazer “segurança jurídica e paz” para a região da Amazônia Legal.

Ela [a Lei 11.952/2009] busca trazer regras específicas para a área definida como Amazônia Legal, considerando uma realidade histórica de ocupação sem qualquer segurança jurídica e que vinha gerando uma série de aspectos diretamente ligados a um ambiente de desordem social. Comisso, o que se tinha era grilagem de terras, a violência no campo, o desmatamento e a efetivação de crimes ambientais”, disse a ministra. (Agência Brasil)

Projeto que regulamenta Uber poderá ter urgência votada na próxima terça-feira

o serviço, como a Uber, e os taxistas.

A intenção de Oliveira é oferecer mais tempo para que o projeto seja discutido e que haja uma tentativa de consenso para sua votação na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) do Senado, onde a matéria tramita. Segundo o presidente da Casa, “não havendo

entendimento nem quórum para deliberação da matéria”, o pedido de urgência será colado em votação.

Caso o requerimento não seja aprovado, o projeto ainda precisará passar por mais quatro comissões: de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Assuntos Econômicos (CAE), de Assuntos Sociais (CAS) e de Serviços de Infraestrutura (CI).

No fim de setembro, o relator do projeto na CCT, senador Pedro Chaves (PSC-MS), apresentou substitutivo à proposta com mudanças que, segundo ele, retiram os principais entraves burocráticos para o funcionamento da Uber. Ele também defendeu o fim da urgência para uma maior discussão e amadurecimento da matéria. (Agência Brasil)

Cade reprova compra da Mataboi pela JBJ Agropecuária

O Tribunal do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) reprovou, por unanimidade, a compra da Mataboi pela JBJ Agropecuária. Entre os argumentos para vetar a operação, está a concentração de mercado já que a JBJ pertence ao empresário José Batista Júnior, irmão de Joesley e Wesley Batista, controladores da JBS, empresa líder no mercado nacional de abate e comercialização *in natura*. A Mataboi e a JBJ terão 30 dias para desfazer a operação a partir da publicação da decisão.

Segundo o Cade, embora não haja relação societária entre a JBS e a JBJ, o parentesco e as ações dos controladores das duas empresas, com a indicação recente de José Batista Júnior para assumir a presidência da JBS na ausência dos atuais controladores, evidenciam uma potencial atuação coordenada entre as empresas após a conclusão da operação.

Concentração de mercado
A JBJ atua basicamente na criação de gado para abate e no mercado de carne bovina *in natura* no varejo em Goiânia. Já a Mataboi opera no mercado de abate de gado e de comercialização de carne bovina *in natura* e subprodutos do abate.

De acordo com o Cade, além da possibilidade de concentração horizontal, se considerada a participação da JBS, a operação implica na integração vertical nos seguintes mercados: de criação de gado, no qual a JBJ Agro atua; no de abate de bovinos, que compreende atividade desenvolvida pela Mataboi em Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso; no de comercialização de carne bovina *in natura* desossada para o atacado, no qual a Mataboi atua; e no de comercialização de carne *in natura* no varejo em Goiânia, Goiás, onde o Cade atua.

Análises feitas pela Superintendência e pelo Departamento

de Estudos Econômicos do Cade também consideraram que, no caso de coordenação com a JBS, a operação em questão apresentaria mais um movimento de concentração da empresa, o que já havia sido alvo de preocupação e alerta do Cade em análises passadas de atos de concentração envolvendo a JBS. O órgão, inclusive, proibiu novas aquisições da empresa em certas localidades onde o nível de concentração já é elevado.

Ações passadas

A aquisição da Mataboi pela JBJ Agro foi realizada por meio de Contrato de Compra e Venda de Participação Societária, firmado em 22 de dezembro de 2014, mas só foi notificada ao Cade em 12 de novembro de 2016.

Por causa da consumação da operação antes de notificar o Cade, o Tribunal do conselho já havia aplicado multa no valor de R\$ 664 mil às partes envolvidas na operação, no ano passado.

Além disso, o Cade havia homologado acordo com a empresa impedindo que os acionistas da JBJ Agro, principalmente José Batista Júnior, exercessem qualquer cargo junto à concorrente JBS, ou obtivessem e/ou fornecessem informações concorrentemente sensíveis a uma ou a outra, até o julgamento do caso.

Por meio de sua assessoria de imprensa, a Mataboi informou que irá recorrer da decisão e está estudando medidas administrativas e judiciais para pedir a revisão da sentença do Cade.

"A empresa reitera a convicção na lisura de suas atividades e entende que medidas de governança já adotadas ao longo do processo são suficientes para assegurar o desenvolvimento sustentável do setor sem impactar na sua operação, que garante mais de 2 mil empregos, é a base da economia nas regiões onde atua e representa cerca de 7% das exportações de carne bovina do Brasil". (Agência Brasil)

Maioria que conclui ensino superior ganha salário abaixo de R\$ 3 mil

Em todo o país, entre os profissionais que concluíram o ensino superior nos últimos dois anos, a maior parte recebe salário inferior a R\$ 3 mil, segundo levantamento divulgado na quarta-feira (18), em São Paulo, pelo Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior (Semesp). A pesquisa aponta ainda a desvalorização da licenciatura - enquanto 50% dos profissionais dos cursos de bacharelado recebem abaixo de R\$ 3 mil, na licenciatura o percentual sobe para 88%.

Dos oriundos da rede privada, 21,8% ganham menos de R\$ 1 mil, 54,4% têm salário entre R\$ 1 mil e R\$ 3 mil, 16,8% recebem entre R\$ 3 mil e R\$ 5 mil

e 6,1% têm renda acima de 5 mil. Entre os egressos da rede particular, 23,1% ganham menos de R\$ 1 mil, 48,1% estão com faixa salarial de R\$ 1 mil a R\$ 3 mil, 22,1% recebem de R\$ 3 mil a R\$ 5 mil e 6,8% têm salário acima de R\$ 5 mil.

Para Rodrigo Capelato, diretor do Semesp, a diferença salarial entre aqueles que estudaram em rede pública e particular não é substancial entre recém-formados. Segundo ele, o grande desafio dos cursos de graduação é elevar a renda de quem já trabalha e estuda para melhorar de vida. "As pessoas estão se formando e os salários não estão subindo tanto assim", explicou.

A maioria dos alunos ainda se

matricula em carreiras clássicas do bacharelado, 40% optam por direito, administração, engenharias e ciências sociais. Na comparação entre os salários, os engenheiros têm os de melhor renda: 32,1% ganham entre R\$ 3 mil e R\$ 5 mil, sendo que 10% recebem de R\$ 10 mil a R\$ 15 mil. Entre os formados em administração, 15,99% encontram-se na faixa salarial entre R\$ 3 mil e R\$ 5 mil.

Empregabilidade

Segundo o levantamento, 47,09% trabalham na área de formação, 34,3% dos egressos não trabalham e 18,7% atuam em uma área diferente da sua formação. A pesquisa também indicou

que 38% entre aqueles que responderam que não trabalham dedicam-se à pós-graduação. Já 12% estão fazendo outro curso de graduação e 48,3% não têm ocupação.

Egressos de entidades privadas e públicas concordam que as instituições de ensino precisam fazer mais parcerias com empresas, investir em aulas práticas e fomentar estágios. O levantamento ouviu 1.445 participantes de 135 cursos diferentes de todo o país, sendo 1.089 formados e 356 pessoas que abandonaram o curso ou ainda estudam. A margem de erro é de três pontos percentuais para mais ou para menos. (Agência Brasil)

Temer sanciona lei que prevê cálculo do Produto Interno Verde

O presidente Michel Temer sancionou a lei que prevê o cálculo anual do Produto Interno Verde (PIV), o chamado "patrimônio ecológico nacional". O texto da Lei 13.493 está publicado na edição de quarta-feira (18) do *Diário Oficial da União*.

Para o cálculo do Produto Interno Verde, de acordo com a lei, devem ser consideradas iniciativas nacionais e internacionais semelhantes de forma que seja possível a convergência com sistemas de contas econô-

micas ambientais adotados em outros países. Assim, será possível fazer comparação, como ocorre com o PIB.

A Organização das Nações Unidas (ONU) recomenda que no cálculo desse tipo de índice sejam considerados, por exemplo, florestas, combustíveis fósseis, áreas agrícolas e reservas minerais.

A lei sancionada por Temer estabelece que a metodologia para o cálculo do PIV deverá ser amplamente discutida com a sociedade e as instituições públicas,

incluindo o Congresso Nacional, antes de um sistema de contas econômicas ambientais ser oficialmente adotado no Brasil.

Veto

O presidente Temer vetou o item do projeto que previa que para o cálculo do PIV deveria ser levado em consideração o Índice de Riqueza Inclusiva (IRI), elaborado pela ONU.

Os ministérios da Fazenda, do Meio Ambiente e do Planejamento se manifestaram pelo veto argumentando que o IRI é

um índice sintético e sua adoção dificultaria o melhor aproveitamento de outras iniciativas nacionais e internacionais e a convergência e comparação com sistemas adotados em outros países.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão responsável pelo cálculo do Produto Interno Bruto (PIB), ficará responsável por divulgar também o PIV. O texto da lei registra que o índice será divulgado anualmente, se possível. (Agência Brasil)

Tasso Jereissati defende que Aécio renuncie à presidência do PSDB

Um dia depois de o plenário do Senado ter decidido devolver o mandato parlamentar de Aécio Neves (PSDB-MG), o senador Tasso Jereissati (CE), presidente interino do PSDB, defendeu que o mineiro renuncie à presidência do partido.

"Acho que ele não tem condições, dentro da circunstância que está, de ficar como presidente do partido. E nós precisamos ter uma solução definitiva e não

provisória", disse Tasso ao chegar ao Senado na manhã de quarta-feira (18).

Tasso, que ocupa interinamente a presidência da sigla desde que Aécio passou a ser investigado com base nas delações premiadas dos executivos da JBS, acrescentou que ainda não conversou com o colega tucano sobre o assunto.

Sobre a decisão do plenário do Senado, Jereissati avaliou que

o resultado está sendo mal interpretado. "A decisão de terça-feira foi a decisão da maioria e eu acho que é mal interpretada. No meu entender é dar ao senador Aécio o que ele não teve até agora, que foi o direito de defesa. Aqui, no próprio Senado, ele vai ter o Conselho de Ética onde ele vai ter que se defender e ao mesmo tempo o julgamento no Supremo continua", lembrou ao ressaltar que, na Justiça, Aécio terá

o direito de apresentar sua defesa e o o desejo do partido.

Aécio tinha sido afastado do mandato parlamentar por medida cautelar determinada pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF). O colegiado também havia imposto o recolhimento no tempo de prisão domiciliar. No entanto, ontem, o plenário do Senado decidiu, por 44 votos a 26, suspender os efeitos da decisão da Corte. (Agência Brasil)

TJ libera verba para combate à tuberculose no sistema penitenciário do Rio

Um termo de compromisso foi assinado na quarta-feira (18) entre o Tribunal de Justiça e a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap) com a finalidade de repassar recurso de R\$ 872,5 mil para aquisição de colchões hospitalares e kits de material de higiene para os detentos do sistema prisional do Estado. O convênio, assinado pelo presidente do tribunal, desembargador Milton Fernandes de Souza, e pelo secretário de Admini-

stração Penitenciária, coronel Eir Ribeiro, teve como fim a prevenção e combate à epidemia de tuberculose na população carcerária.

De acordo com o secretário Eir Ribeiro, o convênio com o Tribunal de Justiça vinha sendo tratado desde o ano passado, levando em conta a crise econômica enfrentada pelo governo estadual. O recurso tem origem em valores das penas de prestação pecuniária. "Hoje, com a atual administração do tribunal,

conseguimos assinar o convênio para aquisição de colchões e kits de higiene que vão ajudar a melhorar as condições dos presos", avaliou.

O juiz Marcelo Oliveira da Silva, auxiliar da presidência do Tribunal de Justiça, considerou o convênio fundamental para o combate à proliferação da tuberculose na população carcerária.

"A assinatura desse convênio permite o combate à epidemia de tuberculose junto à po-

pulação carcerária. A doação dos colchões e kits de higiene evita a proliferação de todas essas doenças endêmicas que circulam dentro do universo carcerário. Na verdade, a assinatura desse termo de compromisso tem muito a ver com a saúde pública, com o objetivo de evitar que ocorra a propagação, dentro do universo penitenciário, dessas doenças endêmicas que hoje proliferam no estado do Rio de Janeiro", afirmou. (Agência Brasil)

INTERNACIONAL

Incêndios em Portugal levam ministra da Administração a pedir demissão

Os incêndios que assolaram Portugal no último domingo (15) deixaram 41 mortos, mais de 60 feridos e muita revolta. Centenas de pessoas fizeram vigília esta noite diante do Palácio de Belém, residência do presidente da República, e milhares de portugueses devem se juntar às manifestações que estão marcadas para este fim de semana. Além de homenagear as vítimas dos incêndios, a população vai exigir respostas e medidas efetivas do governo.

A primeira consequência política do descontentamento dos portugueses com a atual gestão se refletiu no pedido de demissão, aceito na manhã de quarta-feira (18), da ministra da Administração Interna, Constança Urbano de Sousa.

António Costa, primeiro-ministro do país, também vem recebendo fortes críticas da sociedade, dos políticos e dos meios de comunicação e seu mandato corre riscos.

Entre as razões da revolta contra Costa está a maneira como o primeiro-ministro reagiu às tragédias e às mortes dos últimos dias. Muitos políticos, inclusive o presidente Marcelo Rebelo de Sousa, criticaram a posição distante e insensível de Costa perante os acontecimentos. Ele também está sendo muito criticado por não fazer pedido de desculpas formal à população pelas falhas de seu governo.

Está a visível ineficiência do país em lidar com mais uma tragédia, poucos meses após os incêndios em Pedrógão Grande causarem 65 mortes, em junho deste ano. Apesar de relatórios técnicos e de alertas do Instituto Português do Mar e Atmosfera (IPMA), Portugal se manteve imóvel diante dos riscos de incêndios. Esta falta de ação preventiva certamente contribuiu para a grandiosidade da tragédia do último fim de semana.

Neste contexto político extremamente delicado, Costa declarou, na última segunda-feira (16), que não há solução mágica para prevenir novas tragédias e que o país deveria "estar consciente que a situação vai seguramente prolongar-se para os próximos anos". Neste mesmo dia, Costa afirmou que não demitiria a ministra da Administração Interna e que esta saída era "infantil".

A ministra Constança já vinha recebendo muitas críticas, não apenas pelo fracasso das ações de combate aos incêndios, mas também por outras questões de sua pasta, como a imigração.

Demissão da ministra

O pedido de demissão da ministra da Administração Interna foi aceito na manhã de hoje, após carta enviada ao primeiro-ministro em que afirmava já ter pedido afastamento do cargo após a tragédia de Pedrógão Grande. Ela explica que sua permanência foi por lealdade ao governo e por precisar, no momento, resguardar sua integridade profissional e pessoal.

Na tarde de hoje António Costa será recebido no Palácio de Belém pelo presidente, mas não se sabe ainda se já levará um novo nome para a pasta da Administração Interna.

Presidente impaciente

Marcelo Rebelo de Sousa, em discurso na terça-feira (17), mostrou-se impaciente com a falta de respostas efetivas do governo em relação à questão do combate aos incêndios.

A relação de Rebelo de Sousa e Costa, que parecia amena, ficou estremecida. O presidente afirmou, pela primeira vez, que o Parlamento deve decidir se o governo tem ou não condições para continuar.

"Se há, na Assembleia da República, quem questione a atual capacidade do governo para realizar as mudanças inadivéis e indispensáveis então que, nos termos da Constituição, esperemos que a Assembleia diga soberanamente se quer ou não manter este governo", disse Rebelo de Sousa, que criticou, ainda, a forma como Costa lidou com a situação dramática dos afetados pelos fogos.

"Olhar para os dramas de pessoas com carne e osso, com a distância das teorias, dos sistemas ou das estruturas, por muito necessário que possa ser, é passar ao lado do fundamental na vida e na política. Quem não perceber a humidade cívica não percebeu nada", disse. (Agência Brasil)

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

4ª VARA CÍVEL - FORO REGIONAL VII ITAQUERA - ESTADO DE SÃO PAULO
EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 1013769-90.2014.8.26.0007 (Cumprimento de Sentença 0010254-21.2017). OJG MIM. Juízo de Direito da 4ª Vara Cível - Foro Regional VII - Itaquera, Estado de São Paulo, Orig. Carlos Alexandre Boechat, na forma da Lei, etc. Faz saber a(s) RAPHAIL GREGÓRIO MARQUES JACOMASSI (CPF/MF 971.769.48), que lhe foi proposta uma ação de Cumprimento de Sentença por parte de ZKX Soluções Empresariais Ltda., encontrando-se o executado em lugar incerto e não sabido, foi deferida a sua intimação por edital para que efetue o pagamento do valor da condenação, no importe de R\$ 2.283,77 (dois mil, duzentos e oitenta e três reais e setenta e sete centavos), no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data da efetiva publicação no prazo de 15 dias da publicação do edital, na íntegra, sendo acrescidos multa de 10% e honorários advocatícios de 10%, conforme artigo 523, parágrafo 2º, do CPC. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 24 de junho de 2017. 18 e 19/10

EDITAL DE CITAÇÃO Processo Físico nº 0010322-21.2012.8.26.0009 Classe Ação: Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer Requerente: Tiago Ribeiro Filho Requerido: Venice Veículos e Peças Ltda e outro EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS PROCESSO Nº 0010322-21.2012.8.26.0009 A.M.M. Juízo de Direito da 3ª Vara Cível do Foro Regional IV - Vila Prudente, Estado de São Paulo, Dra. Cristiane Sampaio Alves Mascari Bonilha, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(s) RAPHAIL GREGÓRIO MARQUES JACOMASSI (CPF/MF 971.769.48), que lhe foi proposta uma ação de Cumprimento de Sentença por parte de ZKX Soluções Empresariais Ltda., encontrando-se o executado em lugar incerto e não sabido, foi deferida a sua intimação por edital para que efetue o pagamento do valor da condenação, no importe de R\$ 2.283,77 (dois mil, duzentos e oitenta e três reais e setenta e sete centavos), no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data da efetiva publicação no prazo de 15 dias da publicação do edital, na íntegra, sendo acrescidos multa de 10% e honorários advocatícios de 10%, conforme artigo 523, parágrafo 2º, do CPC. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Oito e passado nesta cidade de São Paulo, aos 26 de junho de 2017. 18 e 19/10

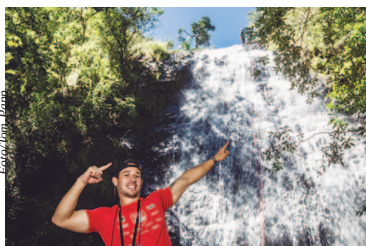
Sábado é dia dos ralis da Mitsubishi Motors em Campos do Jordão (SP)

As duplas do rali de regularidade Mitsubishi Motors e as equipes do rali de estratégia e tarefas Mitsubishi Outdoor chegaram a Campos do Jordão (SP) neste sábado, dia 21 de outubro, para a penúltima etapa da temporada. Além dos desafios off-road, os participantes poderão aproveitar trilhas que passam pelas belas paisagens da Serra da Mantiqueira.

"O evento é muito bom. Temos uma confraternização que não encontramos em outros lugares. Todos apaixonados por off-road e querendo se divertir. Comecei a participar apenas esse ano, e fico de olho no calendário para ir em todas as etapas", afirma Aídi Fernandes da categoria Turismo Light, ideal para iniciantes.

A largada do rali de regularidade Mitsubishi Motors será no Centro de Eventos André Franco Montoro, no centro da cidade. De lá, os participantes seguem rumo aos municípios de Wenceslau Braz, Itajubá, Piranguçu, Brazópolis e São Bento do Sapucaí, em um trajeto com muito cascalho e terra batida, que passará por altitudes de até 1800 metros.

As duplas são divididas em quatro categorias: Master, destinada aos competidores mais experientes; Graduados, para aqueles com bastante experiência; Turismo, onde participa quem tem experiência intermediária; e



Participantes passarão por belas paisagens da Serra da Mantiqueira

Turismo Light, ideal para as duplas que estão começando. Podem participar veículos 4x4 das linhas ASX, Pajero e L200.

"A serra da Mantiqueira nos dá inúmeras possibilidades de trajetos em meio a belas paisagens. As categorias Master, Graduados e Turismo percorrerão aproximadamente 220 km, enquanto as duplas da Turismo Light poderão curtir um percurso com 140 km", adianta Lourival Roldan, diretor de prova do Mitsubishi Motors.

Já as equipes do rali de estratégia e tarefas Mitsubishi Outdoor largarão da cidade de São Bento do Sapucaí e, de lá, seguirão para uma aventura que passará pelas cidades de Gonçalves,

Monte Verde, Paraísoópolis e Camanducaia.

A competição é dividida nas categorias Fun, ideal para quem está começando, e Extreme, destinadas às equipes mais competitivas. Cada time é formado por dois carros e até 10 pessoas. Podem participar os proprietários de veículos ASX, Outlander, Pajero e L200 nas versões 4x4.

Para manter o clima de surpresa, as tarefas são reveladas para os participantes apenas no dia da prova, aumentando ainda mais a ansiedade das equipes. Provas de mountain bike, trekking, rapel, visita a museus e pontos históricos da região são algumas surpresas que podem fazer parte da etapa.

Para participar dos ralis da Mitsubishi Motors não há taxa de inscrição. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas pelo site www.mitsubishi-motors.com.br. Cada carro faz a doação de uma cesta básica e seis produtos de higiene, que são doados à entidades assistenciais do município.

O Mitsubishi Motors tem patrocínio de Petrobras, Itaú, Transzero, Clarion, Pirelli, Unirios, W. Truffi, STP, Pilkington, Sideral, Mit Consórcio, ADX, Miolo e Made in Silk.

O Mitsubishi Outdoor tem patrocínio de Petrobras, Itaú, Transzero, Pilkington, Clarion, Pirelli, Unirios, W. Truffi, Promit, Cisa Trading, Miolo e Made in Silk.

Acompanhe as novidades dos ralis Mitsubishi através das redes sociais:

Twitter ([www.twitter.com/nacaomitsubishi](https://twitter.com/nacaomitsubishi)), Instagram (www.instagram.com/mundomiti), Facebook (www.facebook.com/Mundomiti) e YouTube (www.youtube.com/MitsubishiMotors). Para mais informações, vídeos, fotos e inscrições, acesse: www.mitsubishimotors.com.br

Conheça os ralis:

Mitsubishi Motorsports: <https://youtu.be/a3Pa588Bjrm>
Mitsubishi Outdoor: <https://youtu.be/6IEoL3JFcm4>

Circuito das Serras 2017 terá segunda etapa em Jundiá

Etapa, no dia 22, será na Serra do Japi



Circuito das Serras 2017

Depois do sucesso da etapa de abertura, na Serra Caminho do Mar, o Circuito das Serras 2017 prossegue no próximo domingo, dia 22 de outubro, com a segunda das quatro etapas programadas para a temporada. Desta vez, os atletas estarão na Serra do Japi, enfrentando as trilhas e caminhos da região para os três percursos - Curto (5 a 7 km), Médio (11 a 13 km) e Longo (20 a 22 km). A base será na Fazenda Montanhas do Japi, na Av. Luiz Gobbo, 5650, Santa Clara, Jundiá, com largada a partir das 9h.

"Vamos para a segunda etapa, mais uma vez apostando em uma prova bastante técnica e agradável para todos. Alcançamos o limite técnico e isso mostra que o Circuito das Serras é uma realidade cada vez mais forte em todas as categorias. Boa etapa a todos!", destaca Sérgio Zolino, diretor-geral do evento.

Com as inscrições encerradas, a programação prevê agora a entrega de kits, marcada para a sexta-feira, dia 20, das 12h às 19h, na Decathlon Morumbi, na Av. Duquesa de Goiás, 381, Real Parque.

No domingo, a base será montada na Fazenda Montanhas do Japi, das 8h às 13h.

As largadas estão assim definidas: 9h - Percurso Longo (20 a 22km), 9h15 - Percurso Médio (11 a 13 km) e 9h30 - Percurso Curto (5 a 7 km). A premiação está prevista para as 12h.

A competição

O Circuito das Serras é uma competição de velocidade disputada em ambiente montanhoso, em lugares de rara beleza, com paisagens de tirar o fôlego. São quatro etapas em locais diferentes, onde cada etapa tem duração de 1 (um) dia, sendo que os atletas poderão optar pelos percursos Curto, Médio ou percurso Longo, feitos somente na categoria solo.

A prova é feita em trilhas já definidas pela organização, que disponibiliza postos de hidratação ao longo do caminho, para que os participantes possam levar seus squizes. O objetivo é tirar as técnicas do meio das ruas, da poluição, dos parques urbanos, das esteiras. Assim, fazer com que os atletas experimentem terrenos diferentes como campo, mata, terra batida, trilhas de gado e com vegetação, sentido o ar puro das montanhas.

Etapas

1ª etapa - Serra Caminhos do Mar, 27 de agosto; 2ª etapa - Serra do Japi, Jundiá - 22 de outubro; 3ª etapa - Serra do Quary - 19 de novembro; 4ª etapa - Serra do Japi/Cajamar - 10 de dezembro.

O Circuito das Serras é uma realização do Adventure Club, Governo do Estado de São Paulo e Lei Paulista de Incentivo ao Esporte. O patrocínio é de Decathlon e Comgás. Mais informações no site www.circuitodasserras.com

Na Stock Car, o momento é de Felipe Fraga: 3 vitórias nas últimas 4 etapas e recorde de pontos

A Stock Car disputou sua antepenúltima rodada da temporada 2017 neste final de semana em Tarumã, onde o atual campeão, Felipe Fraga, segue sua impressionante ascensão desde a Corrida do Milhão. Depois esta prova, em julho, ninguém marcou mais pontos que o piloto da Cimed Racing (135 pontos da sexta etapa para cá, contra 129 de Thiago Camilo e 117 de Daniel Serra), incluindo três vitórias das quatro corridas principais (a primeira da rodada dupla, que conta com maior pontuação); Curvelo, Velo Citia e Buenos Aires.

Somados estes triunfos à vitória no Velopark, ainda no primeiro semestre, Fraga se torna o piloto com mais vitórias em 2017 (quatro no total). Com esta incrível arrancada, o mais jovem campeão da Stock Car

pulou da nona colocação para o terceiro posto na tabela, a 45 pontos do primeiro e com 160 ainda em jogo.

Para este final de semana, o piloto da Cimed Racing aposta em mais um bom final de semana do time que venceu os dois últimos títulos da categoria. "Tarumã é uma pista de alta velocidade, com curvas desafiadoras e alto desgaste de pneus. Existe possibilidade de chuva para a corrida e também tivemos bom rendimento com pista molhada. Estamos confiantes; em brigar novamente pela vitória tanto no seco quanto na chuva", diz Fraga, que em 2016 ficou muito perto da vitória em Tarumã após ter liderado boa parte da prova - chegou em segundo lugar, garantindo um bom resultado que ajudou a consolidar seu título naquele ano.



Felipe Fraga venceu na etapa passada em Buenos Aires

Os treinos da Stock Car começam nesta sexta-feira, a partir das 10h40 da manhã. O classificatório será no sábado ao meio-dia e a rodada dupla será no

domingo às 13h (horários de Brasília). A definição do grid de largada e as duas provas terão transmissão ao vivo dos canais Sportv.

Vôlei Nestlé bate Hinode e estreia com vitória na Superliga



Tandara no ataque

O Vôlei Nestlé iniciou sua participação na Superliga 2017/18 como encerrou o Campeona-

to Paulista: vencendo. O time de Osasco derrotou o Hinode por 3 sets a 1, parciais de 25/17, 23/

25, 25/20 e 25/17, em 1h48min, na noite de terça-feira (17), no ginásio José Correa, em Barueri. Os times voltaram a se enfrentar apenas quatro dias depois da final estadual, quando Bia, Tandara, Fabioli e cia. conquistaram o hexacampeonato no golden set, por 25/23, após uma batalha de 3 horas. Desta vez, o duelo foi mais rápido, especialmente devido ao saque mortal do Vôlei Nestlé, que conseguiu 11 aces na partida.

Ninkovic, Bia e Fabioli foram as sacadoras mais eficientes da noite, cada uma marcou três aces. Tandara também mostrou habilidade no fundamento e conseguiu dois pontos diretos no serviço. Depois da estreia com o pé direito na Superliga, o Vôlei

Nestlé volta à quadra na sexta-feira (20), às 19h30, no José Liberatti, contra o Renata Valinhos/Country, às 19h30, para fazer a primeira exibição diante de sua torcida na edição 2017/18 do campeonato nacional.

Tandara, com 22 aces, foi a maior pontuadora e ganhou o troféu Viva Vôlei.

Spencer Lee também elogiou a atuação do Vôlei Nestlé. "Quando vencemos o primeiro jogo da final do Campeonato Paulista por 3 sets a 0, há uma semana, aqui em Barueri, o saque e o passe foram determinantes. Na segunda partida da decisão do Estadual, que foi duríssima, erramos 17 saques", explicou o treinador.

O TRIATHLON NO BRASIL ESTÁ PRESTES A RECUPERAR O FÔLEGIO.

DISTÂNCIA SPRINT

NATACÃO 750 m
CICLISMO 20 km
CORRIDA 5 km

DISTÂNCIA OLÍMPICA

NATACÃO 15 km
CICLISMO 40 km
CORRIDA 10 km

WWW.TRIDAYSERIES.COM.BR

UNLIMITED SPORTS

REALIZADORA DAS PROVAS IRONMAN NO BRASIL

TRIDAYSERIES

ESTRADA VELHA DE SANTOS

RIACHO GRANDE
ETAPA 2
24 DE SET
2017

RIO DE JANEIRO - RJ

RECREIO DOS BANDEIRANTES
ETAPA 1
08 DE OUT
2017

SÃO PAULO - SP

USP
ETAPA 2
15 DE NOV
2017



TRI DAY SERIES